



III Congresso Internacional do OBSERVARE
17-18-19 de Maio 2017 | Fundação Gulbenkian

BEYOND BORDERS
People, spaces, ideas

PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS
Pessoas, espaços, ideias

O FORUM SOCIAL PANAMAZÔNICO: O ESPAÇO DA EMERGÊNCIA DOS POVOS DA FLORESTA

PAULA BASTONE¹

RESUMO: O artigo trabalha a partir de uma pesquisa descolonizante crítica das Relações Internacionais, tendo como estudo de caso o Forum Social Pan-Amazônico, que é um Forum que reuni vários coletivos na região da Amazônia que envolve parte de nove países da América do Sul. O trabalho trabalha a partir da crítica Del Arenal sobre o Etnocentrismo nas Relações Internacionais co base em trabalhos de Dussel, Quijano e Santos. Na última parte o artigo trabalha com possíveis contribuições que este estudo pode propor a compreensão das Relações Internacionais.

PALAVRAS CHAVE: Forum Social Pan-Amazônico, Modernidade, Etnocentrismo, Relações Internacionais.

¹ Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerias Graduação em Relações Internacionais pela Pontificia, Universidade Católica de Minas Gerais Mestrado Erasmus Mundus Global Studies pelas Universidades de Leipzig e de Viena Doutoranda do programa de Democracia no Século XXI pela Universidade de Coimbra/ Centro de Estudos Socias.



O artigo é fruto de uma indagação pessoal da investigadora que culminou na atual objeto de pesquisa do doutorado da mesma, e está relacionado intrinsecamente com sua vida pessoal e profissional. Pois, internacionalista e historiadora de profissão, após mais de dois anos de aperfeiçoamento na Alemanha e Áustria, se tornou professora de Relações Internacionais no Amapá, estado brasileiro localizado na Amazônia. Tendo esta deparado não apenas com uma cultura diferente da sua, mas com uma civilização diferente, cujas as relações sociais e suas epistemologias não estarem refletidas nas ciências humanas e sociais tradicionais etnocêntricas.

Desta forma, o artigo é fruto de indagações oriundas de observações empíricas do sujeito, visando mais questionamentos do respostas simplistas ou rasas. O artigo, tenta, de forma humilde, analisar as possibilidades de contribuições do Forum Social Pan-Amazônico, um fórum de coletivos sociais de nove países sulamericanos, para o debate atual das relações internacionais.

1. Etnocentrismo e Relações Internacionais

As Relações Internacionais como ciência tem seu nascimento após o fim da I Guerra Mundial, em 1919 com a criação da cátedra Woodrow Wilson na Universidade de Gales, e visava desde de sua concepção a análise de variantes integrais da realidade mundial, sendo por isso, multidisciplinar (da Silva Gonçalves, 2002).

No seu desenvolvimento, ela vai se firmar principalmente no eixo Anglo-Saxão, que Del Arenal (2014) chamou de “ordem atlântica”. Da Silva Gonçalves (2002) analisa esta ordem a partir de sua construção, sendo que nos Estados Unidos, as Relações Internacionais vão se desenvolver muito próximo das Ciências Políticas, adquirindo um caráter pragmático e, muitas vezes, a serviço do governo. Não é a toa, que muitos teóricos americanos trabalharam para os governos, como exemplo temos Henry Kissinger e Francis Fukuyama. Já na Inglaterra, o estudo vai dialogar com outras ciências como o direito internacional e a história, tendo um caráter mais teórico.

Em sua crítica ao etnocentrismo, Del Arenal (2014) aborda que o *mainstream* desta ciência se concentrou na dicotomia Realismo/Liberalismo, e mais recentemente no Construtivismo. Viotti and Kauppi (1999) em seu livro clássico *International relations theory: realism, pluralism, globalism, and beyond*. Apresenta três grandes imagens da construção teórica da sociedade internacional: o realismo, cuja raiz se finca em Tucides, Maquiavel e Hobbes; o pluralismo, que abarca as novas teorias como o construtivismo: o globalismo, também chamado de visão marxista ou sistema-mundo devido a forte influência de autores como Wallerstein e os da teoria da dependência; e normativismo/liberal que visa a construção de uma nova realidade. A diferença metodológica apresentada nestas duas versões de categorização do conhecimento teórico das Relações Internacionais não tem tanta importância em si no debate que proponho aqui, mas sim, o que ambas revelam. A visão hegemônica do Ocidente da narrativa e interpretação da contemporaneidade mundial, visão criada a partir da Conquista da América, com a emergência da modernidade.

Dussel (2005) advoga que para se falar sobre modernidade é imprescindível falar sobre a Europa/Ocidente e sua construção político-ideológica como símbolo de modernidade. O autor argumenta que até a conquista da América não é possível falar em uma História Mundial, pois as culturas e os impérios coexistiam, apesar de haver em alguns casos contatos esporádicos, em outros constantes. Cada uma destas sociedades possuíam o seu próprio tempo histórico e sua evolução. Ou seja, foi com a expansão europeia, a conquistas dos demais territórios e a incorporação destes à História e ao tempo europeu, que a humanidade passou a ter o que se denomina de uma História Mundial. Neste processo, a Europa/Ocidente se fez centro e os demais se tornaram periferia. Deixando como herança o Mito da Modernidade.

Quijano (2005) ao analisar este mito aponta três pilares: o capitalismo, a colonialidade do poder e o eurocentrismo. Esses eixos estão baseados nas inovações da Conquista que geraram padrões para as futuras expansões e anexações. A primeira delas é o surgimento do conceito de raça oriundo das diferenças fenotípicas entre os conquistados e os conquistadores, que vai servir de justificativa para a dominação e exploração. Este processo está conectado com a articulação das formas de controle de trabalho e de recursos. Como exemplo, temos os negros como escravos e os indígenas como servos,



e os europeus como os únicos dignos de receberem pelos seus trabalhos. Essa hierarquia racial-laboral de acesso a recursos se torna então o padrão de poder que vai ser mundializado. Quijano (2008) afirma que este padrão de classificação racial da população mundial durante o período de conquista e sua permanência pós-independência político-jurídico (etnocentrismo) deu ao Ocidente a noção de que sua superioridade em relação aos demais era natural. Essa hierarquização racial é notada tanto dentro das nações quanto entre elas, pois em todos os níveis de desigualdades sócio-econômicas verifica-se a desigualdade racial.

A colonização da América, principalmente pelos países Ibéricos, se tornou uma experiência bem sucedida, sendo por isso exportada para demais áreas. A riqueza extraída das colônias, juntamente com a Revolução Industrial permitiu a Europa a dominação mundial, colocando-a como centro do mundo (QUIJANO, 2005). Exigindo assim, a sua redefinição simbólica de identidade e de história, que foi buscada na Grécia Antiga a sua origem, recriando a linhagem que vai da sua pré-história (Ásia), passando pelo mundo Grego, Mundo Romano e pagão, Mundo Cristão Medieval e Mundo Moderno (DUSSEL, 2005). A Europa que surge deste projeto de dominação plurisetorial se vê como a vanguarda racional da humanidade, dentro de uma escala histórica evolutiva. No qual descaracterizou e/ou eliminou todos os outros tipos de conhecimento que não o seu, imaginado dentro do padrão racional cartesiano orientado pela tríade da Reforma Protestante, Ilustração e Revolução Francesa. Essa criação simbólica da Europa Moderna, e depois do Ocidente, é fruto, de acordo com Dussel (2005) do iluminismo alemão.

O sistema criado pós-conquista articula seus eixos-pilares gerando tipos de dominações e discursos-práticas que desenharam a nossa sociedade internacional. O discurso da racionalidade cartesiana é usado como ferramenta instrumentalizada a favor da dominação, subjugando e eliminando outros saberes e conhecimentos, gerando em alguns casos o processo de auto-alienação do sujeito como agente histórico, reproduzindo este as estruturas de poder do qual é vítima. Tecendo uma cadeia hierárquica de dominação e violência. Desta forma, afirma Dussel (2005: 30) “*A modernidade é justificada de uma práxis irracional de violência*” no qual o outro, o bárbaro tem uma culpa pelo seu atraso e pela violência a que é obrigado a sofrer para emancipar-se. Dentro deste arquétipo ideológico, surge o outro, o não-europeu, que “necessita” ser emancipado, mesmo que seja através das violências. Impondo como cultura dual Europa/Civilizado/Ordem x Outros/Bárbaros/Violência.

O dualismo surge como uma importante inovação da Conquista, se impondo como padrão. Inicialmente, ele se mostra como a distinção entre Humanos x Natureza, ou seja, há o nós humanos, e há o resto que deve ser dominado. E como se o espaço não influenciasse na vida e na cultura humana. Esta percepção europeia de não-percepção como parte da natureza, mas como a parte dela teve na construção do padrão de poder um significado além do não reconhecimento como parte da natureza. O arcabouço teórico-político da Europa tem raízes realista com Hobbes que coloca que a pré-história da sociedade/civilidade encontrava-se no Estado de Natureza. Ou seja, a visão do ser como parte integrante da natureza é vista como primitiva, onde se encontrava os demais povos, os primitivos. E os europeus por estarem já dissociados da natureza, eram naturalmente superiores. O dualismo, inicialmente correlacionado com o a separação do homem-natureza, adquiriu contornos raciais e de gêneros, no qual o modelo de Homem Branco serviria de padrão de ser humano (QUIJANO, 2005). Percebe-se aqui que a modernidade é um sistema cujos elementos se retroalimentam, formando uma engrenagem política-ideológica cujas peças se encaixam e dão suporte e legitimidade a essa nova realidade paradigmática pós-1492.

Diante do exposto até aqui podemos afirmar que a modernidade, transformou-se em uma cosmovisão de uma sociedade – a Europeia/Ocidental- em uma cosmovisão hegemônica mundial. Como conceito de cosmovisão temos a de Sánchez (2010: 80) no qual a define como “*lentes, modelos o mapa desde el punto de vista del cual las personas perciben la realidad*”. De acordo com Sánchez (2010) a cosmovisão é um processo de aprendizagem relacionado ao meio em que se vive, de um processo de inculturação, que ocorre desde os primeiros anos de vida, sendo por isso absorvido antes do indivíduo ter capacidade de analisar ou criticar. Sendo assim, parte do subconsciente dos indivíduos. Desta forma, insere-se que a cosmovisão é um processo de aprendizagem social que modela a lente pelo qual nos vemos o mundo, e o interpretamos, validando nossos conceitos e ações.



Qual é o problema deste discurso? Que ao narrar uma história como a História Mundial perdemos conhecimentos e narrativas dos que não fazem parte dela, ou que estão do outro lado da linha Abissal (Santos: 2017). Ou seja, pegamos um conhecimento e transformamos em o conhecimento de todos, mesmo que os todos não estejam ou não se vejam neste todos.

2. A linha Abissal e as Relações Internacionais

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos ao analisar a construção da ímodernidade a partir dos eixos-pilares descritos anteriormente desenvolveu o conceito de pensamento Abissal, que se caracteriza como pensamento Ocidental hegemônico, formado durante o período colonial nas metrópoles, sendo também chamado de pensamento metropolitano. Mas há também os demais pensamentos sufocados e ignorados por esse discurso dominante, que está ausente na construção da História Mundial. Saberes e práticas denominadas do outro lado da linha Abissal (Santos: 2007).

No livro *Etnocentrismo y teoría de las Relaciones Internacionales: una visión crítica*, Del Arenal (2014) ao analisar a construção do conhecimento teórico das Relações Internacionais a partir do pensamento europeu, e depois do domínio deste pela cosmovisão da “ordem atlântica”, reconhece o predomínio deste conhecimento dentro da linha Abissal, que exclui e sacrifica os demais, impondo uma narrativa sobre a realidade mundial incompleta, que não é capaz de explicar mais a sociedade internacional.

A formação e a evolução do sistema internacional durante os últimos cinco séculos permitiu cadeia hierárquica de dominação e violência se configurasse em vários níveis, do micro ao global; e que essa dicotomia de conhecimento e práticas metropolitana/colonial se faça presente também em todos os níveis.

Ao fazer uma análise crítica desta perspectiva das Relações Internacionais, Del Arenal (2014) dialoga com Santos (2007) ao propor um reconhecimento dos demais conhecimentos e um diálogo entre eles, com o intuito de promover uma ecologia de saberes nas Relações Internacionais.

3. O Fórum Social Pan-Amazônico e as Relações Internacionais

O Fórum Social Pan-Amazônico (FSPA) surgiu de iniciativas dos movimentos sociais da região denominada Pan-Amazônica, que engloba nove países da América do Sul. Sua primeira edição ocorreu em 2002 em Belém do Pará/Brasil com o intuito de garantir participação política e articulações entre os movimentos sociais. A partir de 2010, da sua quinta edição, o FSPA passou a ocorrer a cada dois anos.

Sua iniciativa foi desde o início de sujeitos que estiveram na ausência do discurso Abissal, que diante da consciência da violência múltipla sofrida pelos coletivos a que pertencem, violência física, cultural, racial e de visibilidade no discurso sobre a Amazônia e sua realidade transnacional, articularam para a criação de um Fórum de que pudesse emergir suas vozes, perspectiva e realidades até aquele momento silenciadas, ou narradas por outros. Por isso, podemos afirmar que o Fórum Social Pan-Amazônico é um espaço da emergência dos povos da Amazônia.

O que este FSPA pode trazer agregar a produção de conhecimento sobre o mundo atual e em específico às Relações Internacionais.

3.1. Uma sociedade transnacional abaixo da linha abissal

A região abarca nove partes de países periféricos do sistema-mundo caracterizada pela violência gerada pela extração de recursos naturais para o centro do sistema internacional, sendo responsável por mais de 25% das mortes ligadas a disputas de terras no mundo.

Apesar da diversidade interna local, os habitantes deste bioma se autoidentificam como Amazônidas, ou seja, há um conceito produzido pelos próprios sujeitos locais de autoidentidade transnacional que desloca do conceito de nação/nacionalismo tradicional. Esta identidade, ao contrário da identidade abissal, não é excludente da nacional. Ela abarca a diversidade regional, com diversos coletivos como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres, afroindígenas, e demais; assim como, a diversidade espacial. E tão pouco ignora o conceito de identidade nacional.



O desenvolvimento deste conceito é de vital importância para as Relações Internacionais, pois em um mundo tão fragmentado culturalmente e ao mesmo tempo tão conectado, é de suma importância o desenvolvimento de conceitos não abissal de identidade além do nacional, que abarque a diversidade e integre diferentes coletivos sob uma ótica construída espacial e historicamente.

3.2. Indígenas e Povos

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2016) em sua aula pública sobre a questão indígena no Brasil – os involuntários da pátria – discorre sobre quatro conceitos de suma importância para a atualidade das Relações Internacionais.

O primeiro é o de índios, que *“são os membros de povos e comunidades que têm consciência – seja porque nunca a perderam, seja porque a recobram- de sua relação histórica com os indígenas que viviam nesta terra antes da chegada dos europeus”*(Viveiros de Castro:2016). Este conceito, apesar de estar vinculado diretamente a realidade brasileira, pode perfeitamente ser aplicado aos povos que ainda não se sentem representados pelo Estado criado após a descolonização, mas sim com o antes da colonização. Eles são herdeiros de histórias, saberes e conhecimentos que estão ausentes nas narrativas da História Mundial. Dentro de uma perspectiva de Direito internacional Público são os denominados de povos tradicionais ou indígenas pelas legislações que visam protegê-los.

Já para os povos indígenas Viveiros de Castro (2016) dá novos conceitos, o primeiro deles é aquele que nasce no local, ou seja, pode ser sinonimo neste caso de cidadão. Pois, carrega em si o sentido de originário de um local. Para as sociedades nacionais, indígenas adquirem muitas vezes o segundo significado, o de inimigo, o que deve ser eliminado. O terceiro significado do termo está conectado com a cosmovisão, pois indígena é aquele a quem pertence a terra, e não a possui. Tem uma visão integralista, não dual, com a natureza, e compreende o sistema social em que está inserido integrado com a natureza. Ele é parte dele. Dentro desta perspectiva temos que analisar os povos que estão do outro lado da linha Abissal, que representa mais de da metade da humanidade. O último conceito de indígena desenvolvido por Viveiros de Castro (2016) é o de não cidadão, o que não se identifica com o conceito de cidadão do Estado a que pertence, e que tem retirado ou nunca teve seus direitos respeitados, são os grupos que estão a margem das narrativas tradicionais.

O último conceito que Viveiro de Castro (2016) discurso é o de povo, em contraposição a de nacional. Este é um conceito excludente, único. Que pressupõe uma única identidade. Já aquele *“só (r)exite no plural – povos. Um povo é uma multiplicidade no singular que supõe outros povos, que habita uma terra pluralmente povoada de povos”* (Viveiros de Castro:2016).

Estes conceitos descritos anteriormente são de suma importância para compreender o significado do FSPA e sua contribuição para a atual realidade mundial e amazônica.

A construção do FSPA e da ideia de Pan-Amazônia está fortemente ligada a atuação dos povos indígenas que foram os primeiros a compreender que faziam parte de uma sociedade transnacional de povos “indígenas” ausentes de direitos e cidadanias, não representados na nação a que pertenciam. Articulado assim, conceitos de pertencimentos solidários dos diferentes em identidades, mas igualitários nas ausências. Este debate vem fortalecer por um lado o discurso da crise do Estado, por outro nega-lo. Pois, os discursos *mainstream* da crise do Estado vem as corporações internacionais e suas atuações como principais ameaças a soberania. No caso da região em questão, os Estados atuam em conjunto com as corporações ao impor a região uma economia de commodities, causa das ausências na Amazônia. Neste caso, o Estado é parceiro das corporações ao compartilhar não somente a atuação sobre a região, mas a visão sobre seus habitantes e o significado do bioma – uma reserva de recursos desabitada de donos. O que evidencia o FSPA é que a relação Estado/corporações internacionais no Sul não são a causa direta do questionamento da soberania. Mas a articulação de “indígenas” não representados nesta nação soberana. No Sul, o questionamento vem dos ausentes.

3.3. Outras epistemologias e Relações internacionais

O Fórum Social Pan-Amazônico por ser na sua um espaço de emergência de diálogo de povos “ausente” tem o potencial para contribuir para tópicos importantes para a contemporaneidade.



O primeiro está conectado a sustentabilidade e desenvolvimento. Os povos indígenas dentro da sua cosmovisão se vem como parte da natureza, da terra. Sendo assim, eles possuem uma outra relação com a natureza, mais sustentável. Não a vê externo de si, mas parte um todo, do qual fazem parte. Então, a sustentabilidade e o modo como lidam com os recursos naturais são diferentes da sociedade Ocidental capitalista. A sustentabilidade não é uma prática a ser alcançada, mas uma forma de ser e de agir. Dentro desta mesma perspectiva, pode se analisar os inúmeros conflitos internos e internacionais envolvendo essas populações com as sociedades capitalistas locais ou globais como mais do que simplesmente disputas por recursos naturais, mas como conflitos ontológicos. Sendo a Amazônia não é uma região violenta por causa das disputas por recursos, mas por haver um conflito transnacional ontológico de povos indígenas contra sistema mundial de extração de recursos de região desabitada.

4. Conclusão

O artigo trabalha dentro de uma perspectiva crítica a produção de conhecimento na área das Relações Internacionais ao advogar sobre o eurocentrismo/etnocentrismo e suas bases teóricas e interpretações. Como estudo de caso, o Forum Social Pan-Amazônico demonstra a riqueza de conhecimento e contribuições que outros tipos de conhecimento podem propiciar as Ciências Sociais, em especial a conectada aos estudos internacionais.

Ao cruzar a linha abissal, verifica-se uma riqueza de conhecimento e práticas na e da contemporaneidade que devem ser foco de estudo a partir de diálogos interculturais.



REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

- DEL ARENAL, C. (2014) *Etnocentrismo y teoría de las Relaciones Internacionales: una visión crítica*, Tecnos, Madrid.
- DA SILVA GONÇALVES, W.(2002). *Relações Internacionais*. Vol. 11. Zahar.
- DUSSEL, E.(2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.(24-32.). Buenos Aires: CLACSO
- VIII Forum Social Pan-Amazônico.(2017) Disponível em <forosocialpanamazonico.com>
- QUIJANO, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. (117-142.). Buenos Aires: CLACSO.
- SÁNCHEZ, D. R. (2010). El concepto de la cosmovisión. *Kairós*, (47).
- SANTOS, B. D. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos-CEBRAP*, (79), 71-94.
- SANTOS, B. D. S. (2017). “Os Monstros Do Tempo Presente: Entre O Velho E O Novo”. Lecture.
- VIOTTI, P. R., & KAUPPI, M. V. (1999). *International relations theory: realism, pluralism, globalism, and beyond*. Allyn and Bacon, Boston.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. (2016). Os involuntários da Pátria: aula Pública em comemoração ao dia do índio. *Rio de Janeiro*.